

O PAPEL DA REFLEXÃO NA FORMAÇÃO ÉTICA DOS JOVENS: UMA PROPOSTA KANTIANA PARA OS EDUCADORES DA JUVENTUDE.

ALEXANDRE MEDEIROS DE ARAÚJO

Doutorando em filosofia, PUC-Rio

Professor de filosofia do IFRN

E-mail: alexandre.medeiros@ifrn.edu.br

Resumo: O objetivo do trabalho é apresentar aos professores de filosofia, bem como aos educadores de uma maneira geral, a proposta kantiana para a formação moral e a autonomia dos jovens, a partir do exercício das faculdades da razão e, de modo especial, da faculdade do juízo. Segundo essa proposta, a formação moral e a autonomia dos jovens devem ser estimuladas pelos educadores a partir do uso das faculdades cognitivas humanas, de modo especial do uso da faculdade do juízo, que possibilita a reflexão sobre os fins das ações humanas. Ao levar os jovens a ajuizar sobre os casos concretos das ações humanas, o educador pode estimulá-los à reflexão no que se refere ao fim desses atos, de modo a que esses jovens possam eleger para si máximas que estejam de acordo com os fins da sua razão e, assim, sejam capazes de, autonomamente, constituir o seu caráter moral. Segundo Kant, é preciso estimular os jovens para o interesse na moralidade não por meio da imposição de regras e recomendações na forma de uma "cartilha ou catecismo moral", mas chamando a sua atenção para o exercício autônomo de sua razão e do prazer que é gerado quando esse exercício é realizado. Em função disso tudo, acreditamos ser relevante o presente tema para fornecer aos professores de filosofia e aos educadores de modo geral alguns elementos para o seu trabalho educativo.

Palavras-chave: Autonomia. Juventude. Moralidade.

A ética kantiana foi, por muitas vezes, identificada a um rigorismo formal, ou seja, identificada à formulação de uma lei que, por ter a forma do “dever ser”, obrigaria todo ser racional a agir em função dessa lei por puro respeito ao dever. Dessa identificação, não se explorou com afincamento toda a dimensão da proposta kantiana para a moralidade, de modo especial, a sua proposta para a formação moral dos jovens. No entanto, ainda que Kant apresente o princípio da moralidade com um princípio objetivo, isto é, como valendo para todo ser racional em geral, e, de modo especial como uma lei do dever para o ser racional finito, pouco se fala da preocupação de Kant com a educação para a autonomia e para a moralidade. Segundo a sua proposta para a formação da moralidade, os educadores devem começar não diretamente com a apresentação da lei objetiva, mas com o despertar, nos jovens, o exercício das suas faculdades cognitivas humanas. Nesse sentido, e de acordo com Vera Bueno, “talvez não seja um exagero dizer que a filosofia kantiana, em suas propostas mais

fundamentais, tenha por objetivo a educação da espécie humana e nela, em especial, a educação para a moralidade” (BUENO, 2013, p. 01)¹.

Essa proposta, ao que tudo indica, atribui um papel especial à formulação de máximas e princípios por parte dos sujeitos no exercício de suas faculdades, cabendo aos educadores da juventude, o despertar para esse exercício e, por conseguinte, para a autonomia do julgar desses jovens. A partir dessa perspectiva, Kant admite e propõe aos educadores da juventude que a educação para moralidade não deva começar diretamente daqueles princípios objetivos que tem a forma objetiva do “dever ser”, mas sim a partir do estímulo das faculdades cognitivas humanas de modo geral e, em especial, do exercício da faculdade do juízo que é a faculdade da reflexão, cujo princípio é o princípio de finalidade.

Segundo Kant, é na medida em que os jovens são estimulados à reflexão, avaliando as suas ações e as dos demais de acordo com um fim da sua razão, que eles, então, são capazes de adotar para si mesmos princípios mais universais de modo a constituir as máximas do seu caráter moral. Em função disso, Kant oferece alguns procedimentos e elementos que contribuiriam ao trabalho desempenhado pelos educadores em vista da formação moral da juventude. No que se segue apresentaremos as condições que subjazem a proposta kantiana ao modo como os professores de filosofia e os educadores da juventude de modo geral podem trabalhar a formação para a autonomia e para a moralidade. Para isso, tomaremos como base da nossa argumentação os seguintes textos de Kant: *Sobre a Pedagogia*, a “Metodologia da razão prática” da *Crítica da razão prática* e a *Crítica da faculdade do juízo*.

Segundo Kant, “o homem não pode se tornar um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação faz dele” (KANT; 2006, p. 75). Para esse filósofo, de um modo geral a educação e a formação para a moralidade, em especial, é uma “tarefa das mais difíceis” e que os homens só podem receber tal educação de outros homens. Talvez isso explique o fato de Kant ter sentido a necessidade de oferecer alguns elementos de modo a poder contribuir com o melhor desempenho do trabalho do

¹ Ainda, segundo Vera Bueno, “se levarmos em conta que Kant considera o conceito de liberdade o ponto central ‘de todo o edifício de um sistema da razão pura’ e se esse conceito é um pressuposto necessário para a moralidade, é plausível que se considere a educação para a moralidade como sendo um dos objetivos principais da filosofia kantiana”. (BUENO, Vera C. A. “Moralidade e juízo: algumas considerações sobre a proposta kantiana para a educação”. In **O que nos faz pensar**. Revista do departamento de filosofia da PUC-Rio. Edição especial sobre Kant, Dezembro de 2013). Quem primeiro chamou minha atenção e interesse nessa relação em Kant foi a Prof.a Vera Bueno, do departamento de filosofia da PUC-Rio, a quem devo todo o estímulo no estudo de Kant.

educador. Em *Sobre a Pedagogia*, Kant apresenta a tarefa educativa como pressupondo algumas etapas a serem observadas pelos educadores nos primeiros passos na formação moral das crianças e dos jovens, a saber: “a disciplina”, “a cultura”, “a civilidade” e “a moralidade”.

A disciplina, primeira etapa do processo educativo, desempenha um papel negativo nesse processo, não no sentido de ser algo prejudicial àquele que se submete a ela, mas no sentido de que, contendo os impulsos das inclinações imediatas, que muitas vezes são autoprejudiciais, a disciplina é a primeira etapa que consiste na própria condição de a criança e o jovem poderem alcançar a sua liberdade e autonomia. Por meio da disciplina é “que <se> impede ao homem de desviar-se de seu destino, de desviar-se da humanidade, através de suas inclinações animais <Ela> é o tratamento do qual se tira o homem a sua selvageria”. Segundo Kant, “a disciplina transforma a animalidade em humanidade” (KANT; 2006, p. 12). No entanto, os seres humanos, diferentemente dos animais, não teriam inicialmente a capacidade de sozinhos controlarem seus desejos imediatos, pois, nesse “estado bruto” que é o estado de natureza, eles não têm a razão plenamente desenvolvida ainda, sendo, portanto, dependente de outros seres humanos. Daí a importância do modo como os educadores precisarão saber lidar com esses estímulos e inclinações imediatas para, assim, poder desempenhar o seu papel com maior propriedade de modo a alcançar o fim da educação que, segundo Kant, é a formação para a autonomia e a moralidade.

Os educadores precisariam chamar a atenção dos seus alunos ao modo como os desejos e inclinações imediatas desses podem lhes prejudicar. Ainda que as crianças não possam compreender o que lhes possam vir a prejudicar-lhes por meio de uma representação acerca dos efeitos de suas ações, é possível, no entanto, que elas sintam, por meio de exemplos dados pelos educadores, que tais ações não são boas nem para elas e nem para os outros. A disciplina, portanto, desempenha o papel propedêutico para a etapa positiva propriamente dita da educação que é a cultura.

A segunda etapa do processo formativo é a cultura que Kant compara com “os germens da humanidade”. Ora, por “germens” entende-se alguma coisa que precisa ser desenvolvido e cultivado para que possam produzir frutos. Esses “germens” seriam, no ser humano, as suas próprias faculdades que, como capacidades presentes no organismo humano, precisam ser estimuladas e exercitadas para que elas possam se desenvolver. Segundo Kant, “há muitos germens na humanidade e toca a nós desenvolver em proporção adequada as disposições naturais e desenvolver a humanidade a partir dos

seus germens e fazer com que o homem atinja a sua destinação” (KANT;2006, p. 18). Para Kant, os seres humanos são obrigados a buscar realizar o seu fim, pois esse fim não se realiza espontaneamente. Um fim é um conceito por meio do qual o ser humano se dispõe com todas as suas forças a realizá-lo. O ser humano precisa se representar o seu fim e agir em função desse fim. Essa seria a sua destinação. No entanto, para realizar esse fim, ele precisa fazer o uso das suas faculdades, suas capacidades, e para fazer uso dessas é preciso que ele seja estimulado a usá-las, do contrário, elas permanecem adormecidas e não poderão realizar o fim a que foram destinadas. Haveria, então, segundo a proposta kantiana, uma íntima relação entre a cultura e o exercício das faculdades. Por meio desse exercício é possível o aperfeiçoamento e a realização dos fins aos quais os seres humanos foram destinados, ou seja, à realização da sua humanidade.

A terceira etapa no processo da formação humana em direção à moralidade é a civilidade. Kant aproxima a civilidade no homem ao cuidado que esse deve ter em seus modos de vida, com o bom desempenho de seu papel social, por meio do devido tratamento aos outros, sabendo ser “prudente” em suas relações por meio de modos “gentis” e “cortes”. Ser civilizado pressupõe saber lidar com os outros de modo a poder garantir uma convivência pacífica com os diferentes.

A quarta e última etapa é a própria formação para a moralidade. De certo modo, Kant reconhece que as etapas anteriores não são suficientes para conduzir à formação moral que é a “mais difícil de todas as etapas”, e o seguimento daquelas etapas, ainda que seja uma condição necessária, não é, por isso, suficiente para garantir a realização dessa. Kant reconhece essa deficiência no seu próprio tempo ao dizer que: “vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade” (2006, p. 28). Pode-se muito bem treinar as crianças e jovens a passar por aquelas etapas e, mesmo por isso, não despertar nessas o uso autônomo da sua razão e o seu próprio interesse pela moralidade. Daí Kant afirmar que “não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (KANT;2006, p. 27). Ajudando-as a pensar por si próprias, elas serão capazes de avaliar por si mesmas os seus atos e os atos alheios de maneira autônoma e não imitativa. Mais do que isso, elas poderão constituir máximas para a formação do seu próprio caráter a partir da reflexão sobre o tipo de pessoas que desejam ser no mundo. Haveria, portanto, nesse procedimento, um interesse na moralidade em função dos fins que as crianças e adolescentes por meio da reflexão sobre as ações possíveis e efetivas as despertam. Kant afirma, portanto, que, “a

educação e a instrução não devem ser puramente mecânicas, mas devem fundar-se no raciocínio puro[...]” (2006, p. 28).

É na “Metodologia da razão pura” da *Crítica da razão prática* que Kant propõe aos educadores da juventude um método pelo qual eles possam despertar nos jovens o interesse pela moralidade. Esse método, segundo Kant, não pode se basear numa “cartilha” e nem num “catecismo moral”, que não podem produzir nenhum autêntico interesse pela moralidade, mas apenas legalidade das ações que, em função da ameaça de punição ou recompensa, estão longe de constituir um autêntico caráter moral de uma pessoa.

Na sua proposta para despertar o interesse dos jovens para a moralidade, Kant chama a atenção dos educadores para que esses observem aquilo que se passa na vida cotidiana e que é a possibilidade de julgar e refletir acerca de determinadas ações como sendo boas ou más. Segundo Kant, nós julgamos o valor das ações e, a partir daí o próprio caráter do autor dessas ações. Com respeito a isso, na *Crítica da razão prática* Kant nos fala o seguinte:

Se se presta atenção ao curso das conversações em sociedade..., observa-se que, além do narrar e do gracejar, ainda um outro entretenimento encontra aí lugar, a saber, o arrazoar: porque, se o primeiro deve comportar novidade e interesse, em pouco tempo se esgota, enquanto o segundo torna-se facilmente insosso. Mas entre todo o arrazoar não se encontra um que suscite mais a adesão das pessoas – que, do contrário, logo se aborrecem com toda argumentação sutil – e introduza uma certa vivacidade na sociedade, do que o arrazoar sobre o valor moral desta ou daquela ação que deve constituir o caráter de qualquer pessoa. (CRPr; A 273;5:153).

Segundo a proposta kantiana para a formação moral, o educador poderia despertar o exercício do ajuizamento no jovem, na medida em que ele, por meio da apresentação e discussão de casos concretos faça com que esse jovem distinga, no seu próprio ajuizamento, uma ação que realizada de acordo com um fim moral e uma ação realizada com um interesse egoísta. A partir daí, esse jovem percebe que as ações realizadas por um interesse pessoal não são ações dignas de serem alçadas a princípios morais. Com isso, é plausível pensar que esse jovem seja capaz de, ao julgar essas máximas, eleja para si aquelas as quais considera que tenham um valor independente de qualquer interesse pessoal.

Kant está, portanto, chamando a atenção para o lado subjetivo da lei. O jovem, na medida em que ele usa o seu juízo, sua reflexão, ele presta a atenção a isso. Ele presta a atenção naquilo que pode ser considerado bom ou não a partir da consideração de que essas ações possam ou não ser universalizadas, ou seja, se elas podem ser adotadas por todos ou não. A partir desse ajuizamento, os jovens prestam a atenção àquelas máximas que são as únicas dignas de fundar um caráter verdadeiramente moral e, desse modo, tomam um interesse pela moralidade. Tal interesse, segundo Kant, é, além disso, consequente do prazer no ajuizamento de determinadas ações, identificando nessas a realização do fim adequado à razão humana, do mesmo modo que consiste na aversão àquelas ações que, de acordo com nossa reflexão, não podem se adequar aos fins da nossa humanidade.

A formação do caráter, segundo Kant, dependeria de que os jovens, a partir do uso da capacidade de julgar, da sua reflexão, adotassem para si máximas e princípios, não de acordo com aquilo que dizem para eles seguirem ou não seguirem por medo ou por uma recompensa qualquer, mas porque eles considerariam que tais máximas possuem valor em si, sendo portanto livres para adotá-las e viver de acordo com elas, tendo um interesse pela moralidade sem hipocrisia ou fingimento. Por tudo isso é que consideramos a proposta kantiana para a formação moral extremamente relevante e atual. Para finalizar cito Kant em suas próprias palavras:

Não sei por que os educadores da juventude não fizeram já há tempo o uso dessa propensão da razão de proceder com prazer mesmo no exame mais sutil de questões práticas levantadas e por que depois de terem tomado por base um catecismo puramente moral, não esquadriharam as biografias de épocas antigas e modernas com o propósito de terem à mão exemplos para os deveres apresentados nos quais, principalmente pela comparação de ações semelhantes em circunstâncias diferentes, eles puseram em atividade o ajuizamento de seus educandos para observar o menor ou maior conteúdo moral dos mesmos (*CRPr*, A 275; 5:154).

Referências:

KANT I. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock. Piracicaba: Editora Unimep, 2006.

_____. **Crítica da razão prática**. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BUENO, Vera C. A. “Moralidade e juízo: algumas considerações sobre a proposta kantiana para a educação”. In **O que nos faz pensar**. Revista do departamento de filosofia da PUC-Rio. Edição especial sobre Kant, Dezembro de 2013.